

REQUERIMENTO Nº , DE 2008

Requeiro, nos termos do disposto nos Artigos 74 e 75 do Regimento Interno do Senado Federal, seja criada Comissão Temporária Externa, composta de 05 (cinco) membros titulares e igual número de suplentes, com prazo de funcionamento de 12 (doze) meses, destinada a ***verificar, in loco, o risco ambiental em que vivem os 31 municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa Espacial – INPE em seu “mapa do desmatamento”.***

Justificação

Cada geração tem o peso das decisões políticas que consegue suportar. Aos nossos contemporâneos, coube um dilema: manter o ritmo de desenvolvimento dos meios de consumo e, antagonicamente, reduzir o impacto do crescimento sobre o meio ambiente. Ou seja, produzir mais sem degradar a natureza. É uma operação complexa, porque mexe em mecanismos econômicos seculares, assentados em estruturas sociais imperturbáveis.

Vivemos uma situação de difícil compreensão na Amazônia. O Ministério do Meio Ambiente ameaça punir agricultores de municípios que figuram no chamado “mapa da devastação”, organizado pelo INPE, negando-lhes o direito ao desmate, sem levar em consideração que a maioria das derrubadas na região é feita de forma clandestina. O assunto deve ser tratado com equilíbrio, nem sob o prisma exclusivo dos preservacionistas, e muito menos pela óptica devastadora dos expansionistas.

Diminuiremos o desmatamento com investimentos em tecnologia, em pessoal especializado, em educação e, sobretudo, com um plano de manejo que ofereça novas alternativas econômicas para os proprietários de terra e para os homens fixados na região. O maior legado de nossa geração será a preservação do planeta.

Governo e sociedade precisam debater um novo modelo de fiscalização, fortalecendo entidades como o IBAMA e reconhecendo o papel social dos produtores rurais. Para tanto, creio ser nosso dever verificar *in loco* os municípios relacionados pelo INPE, assumindo o papel de árbitros serenos não de uma disputa ideológica, mas da conversão de interesses comuns da sociedade nacional pela exploração equilibrada dos recursos naturais da Amazônia brasileira.

Precisamos salvaguardar nosso bioma, contudo, sem condenar essas regiões ao isolamento político, à degradação moral e à asfixia econômica. Preservar o meio ambiente é uma obrigação ética tão vital quanto buscar alternativas para um território que quer produzir um Brasil melhor.

Sala das Sessões, em

de fevereiro de 2008.

Senador JAYME CAMPOS